

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.941 - SP (2020/0041596-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
SUSCITANTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SUSCITADO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
INTERES. : ADILSON ALVES DE LIMA E OUTRO
ADVOGADOS : DUPLANIL NUNES NETO - SP079056
JOÃO WILSON JULIÃO - SP165705
INTERES. : BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO DA SILVA MONTEIRO - DF009513
MAURÍCIO MACEDO CRIVELINI - SP114456
JOSÉ LUIZ FLORIO BUZO E OUTRO(S) - SP066987

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de conflito negativo de competência, suscitado pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, em face do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, relativo ao processamento e julgamento da Reclamação Trabalhista.

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do conflito para declarar a competência do Juízo Suscitante (fls. 270/276e).

É o relatório. Decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

O Conflito comporta conhecimento, porquanto se trata de demanda instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, de acordo com o disposto no art. 105, I, *d*, da Magna Carta.

Esta Corte possui orientação segundo a qual compete à Justiça Comum estadual o exame de questões relacionadas à complementação do benefício de aposentadoria concedido por entidade de previdência privada, ainda que a solução da controvérsia envolva aspectos de natureza trabalhista, como o demonstra o julgado assim

ementado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. QUESTÃO QUE ENVOLVE RELAÇÃO CONTRATUAL FORA DO VÍNCULO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E ACIDENTES DO TRABALHO DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça fixou o entendimento de que compete à Justiça Comum Estadual o exame de questões relacionadas à complementação do benefício de aposentadoria concedido por entidade de previdência privada, ainda que a solução da controvérsia envolva aspectos de natureza trabalhista. Isto porque, em tais casos, o que se discute é o cumprimento de cláusulas contratuais que não envolvem a relação de emprego, não se justificando a competência da Justiça Laboral.

2. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no CC 134.944/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2015, DJe 16/11/2015)

Posto isso, nos termos do art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil, combinado com art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, **conheço do conflito e declaro competente o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, suscitante..**

Comunique-se, com urgência, ao Juízo Suscitante e ao Juízo Suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Após as providências cabíveis, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora